



Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

INSTRUÇÃO DO PERÍODO

Processo TC 5932/989/16
Poder LEGISLATIVO
Município Santo Antônio do Pinhal
Entidade CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL
Período 09/2017
Relator Dr. Robson Marinho
Unidade Fiscalizadora UR-14 UNIDADE REGIONAL DE GUARATINGUETA
Responsável Luiz Inacio Batista
Cargo PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL
CPF 039.866.548-60
Período de Gestão 01/01/2017 a 31/12/2018

Em atendimento ao disposto nas Instruções Nº2/08 e na Ordem de Serviço SDG 02/09, temos a informar o seguinte:

ACOMPANHAMENTO DA GESTÃO FISCAL

1 - Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

1.1 - CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE

Todos os documentos foram entregues no prazo estabelecido

2 - Assunto de Fiscalização: LRF

2.1 - GF26 - Análise dos Restos a Pagar - Movimentação até o Período

Posição no exercício anterior

Órgão	RP Proces	RP Não Proces
--------------	----------------------	--------------------------

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL	R\$ 0.00	R\$ 156.996,32
---	----------	----------------

Movimentação no Exercício

Nome Órgão	Inscrições	Pagamentos	Cancelamentos
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL	R\$ 0.00	R\$ 147.413,44	R\$ 9.582,88

Posição atual

Nome Órgão	RP Proces	RP Não Proces	Red Esperada
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO PINHAL	R\$ 0.00	R\$ 0,00	R\$ 52.332,14

Diante das baixas ocorridas até o período em parâmetros que evidenciam uma tendência de redução integral do montante de restos a pagar, observa-se uma situação financeira ajustada, sendo desnecessária, portanto, a emissão de alerta.

2.2 - GF36 - Despesas com Pessoal (último ano de mandato/ano eleitoral)

Período	Desp. Pessoal	RCL	% Gasto	% Ref.
6/2017	R\$ 608.754,43	R\$ 23.918.694,84	2,5451%	2,5451%
9/2017	R\$ 636.312,25	R\$ 24.436.665,39	2,6039%	2,5451%

A despesa com pessoal no encerramento do mês 9/2017, calculada na forma do art.18, § 2º da LRF, importou em 2,6039%, sendo verificado acréscimo em relação ao percentual apurado em 6/2017, devendo, portanto, o Poder em questão ser alertado para fins de observar a vedação contida no parágrafo único dos artigos 21 e 22 da LRF.

2.3 - GF37 - Análise das despesas assumidas nos últimos quatro bimestres (Art. 42 da LRF)

Disponibilidade Financeira no final do período	R\$ 133.393,89
(-) Saldo de Restos a Pagar até o período	R\$ 0,00
(-) Empenhos Liquidados a Pagar até o período	R\$ 10.473,39
(-) Saldo da Despesa Empenhada a Liquidar	R\$ 56.629,76
(=) Liquidez do Período	R\$ 66.290,74
(+) Saldo da Receita Prevista a Realizar	R\$ 255.000,00
(-) Saldo da Despesa Autorizada a Empenhar	R\$ 275.245,68
(-) Saldo das Transferências Financeiras a Realizar	R\$ 0.00

(=) Liquidez Projetada	R\$ 46.045,06
------------------------	---------------

O resultado de liquidez acima apresenta superávit, tanto no resultado atual do período, quanto no projetado para o exercício, revelando uma situação favorável frente ao adimplemento dos compromissos já assumidos, não se visualizando o comprometimento da execução orçamentária e liquidez financeira do período restante do presente exercício, não necessitando, portanto, da expedição de alerta quanto aos impedimentos previstos no artigo 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

2.4 - GF53 - Limite Constitucional para gasto com Folha de Pagamento

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 46,22%, valor este inferior ao limite estabelecido no §1º do artigo 29A da Constituição Federal de 1988.

Repasse total da Prefeitura	R\$ 765.000,00
Despesas com inativos e pensionistas	R\$ 29.667,29
Despesas com folha de pagamento	R\$ 369.527,41
Despesa com folha/Transferências realizadas	46,22%
Percentual máximo (Emenda Constitucional nº 25/2000)	70,00%

2.5 - GF54 - Limitação baseada em 5% da Receita do Município

Receita Tributária Ampliada do Exercício Anterior	R\$ 14.329.221,67
Despesa total com remuneração de Vereadores	R\$ 120.322,53
Limite art.º 29-A da CF/88	5,00%
Apuração do limite	0,84%

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 0,84%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29, inciso VII da Constituição Federal de 1988.

2.6 - GF55 - Limite da Despesa Legislativa

População do Município (*)	6784
Receita Tributária Ampliada exercício anterior	R\$ 14.329.221,67
Percentual Máximo Permitido	7,00%
Valor Permitido para Repasses	R\$ 1.003.045,51
Total de Despesas do exercício	R\$ 715.087,03
Percentual Apurado	4,99%

(*) Dados IBGE ano anterior, conforme TC 57/020/14 e TC 396/020/16.

Com base nos dados extraídos dos balancetes encaminhados pela entidade, constatamos que o percentual apurado é de 4,99%, valor este inferior ao limite estabelecido no artigo 29A, Caput, da Constituição Federal de 1988.

Os valores que não se referem ao período examinado são extraídos dos relatórios de Instrução Anteriores.

Data da Geração: 19/02/2018

Hora da Geração: 22:24:06